26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E MEDIAÇÃO CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO

BIBLIOGRAPHIC HERITAGE AND CULTURAL MEDIATION AT THE PUBLIC LIBRARY OF MARANHÃO

Maurício José Morais Costa – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo analisa, a partir dos relatórios institucionais da Biblioteca Pública do Maranhão, atual Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), produzidos entre 1900 e 1920, de que modo a instituição constituiu, organizou, representou e mediou seus acervos bibliográficos e documentais de valor patrimonial, considerando seus usos sociais nos processos de preservação, comunicação e construção da memória cultural maranhense. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, conduzida por análise de conteúdo categorial-temática. Os resultados evidenciam que doações, compras, permutas e contribuição legal não representaram apenas crescimento quantitativo, mas práticas de seleção, legitimação e patrimonialização da cultura escrita. Observa-se, ainda, que catálogos, fichários, regulamentos, edifício, mobiliário e ações de leitura pública articularam dimensões técnicas, simbólicas e políticas da gestão dos acervos. Conclui-se que a BPBL atuou como instituição de memória, mediação e gestão patrimonial, projetando a identidade intelectual maranhense em circuitos públicos de informação e cultura regional e reafirmando sua função social na preservação documental.
Palavras-chave: patrimônio bibliográfico e documental; Biblioteca Pública Benedito Leite; mediação cultural; relatórios institucionais; memória e patrimônio maranhense.

Abstract: This study analyzes, based on institutional reports from the Public Library of Maranhão, the Benedito Leite Public Library (BPBL), produced between 1900 and 1920, how the institution constituted, organized, represented, and mediated its bibliographic and documentary heritage collections, considering their social uses in processes of preservation,

communication, and construction of Maranhão's cultural memory. It is an exploratory, descriptive, qualitative study, grounded in bibliographic and documentary research and conducted through categorical-thematic content analysis. The results show that donations, purchases, exchanges, and legal deposit represented not only quantitative growth, but also practices of selection, legitimation, and patrimonialization of written culture. The study observes that catalogs, card indexes, regulations, buildings, furniture, and public reading initiatives articulated technical, symbolic, and political dimensions of collection management. It concludes that the BPBL acted as an institution of memory, mediation, and heritage management, projecting Maranhão's intellectual identity into public circuits of information, regional culture, and public research.
Keywords: bibliographic and documentary heritage; Benedito Leite Public Library; cultural mediation; institutional reports; Maranhão memory and heritage.

1 INTRODUÇÃO

A constituição do patrimônio bibliográfico e documental em bibliotecas públicas não se reduz à reunião e à conservação de livros e documentos antigos, raros ou relevantes. Esses materiais atravessam processos de seleção, aquisição, incorporação, organização, descrição, preservação e disponibilização que condicionam sua permanência e seus usos. Tais operações não são neutras, pois interferem no que uma instituição escolhe conservar, comunicar e transmitir como referência de determinada sociedade. Investigar como uma biblioteca pública forma suas coleções permite compreender como parcelas da cultura escrita são convertidas em patrimônio e mobilizadas na construção da memória social (Choay, 2006; Gonçalves, 2005; Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014; Smith, 2021).

Neste estudo, o patrimônio bibliográfico e documental corresponde ao conjunto de livros, periódicos, manuscritos, documentos, coleções e demais registros informacionais que, em razão de sua proveniência, trajetória institucional, custódia e valores histórico, simbólico, memorial e social, são selecionados, organizados e preservados como referências da memória coletiva e da cultura escrita (Loureiro, 2020; Silva; Achilles; Azevedo, 2020; Napoleone; Beffa, 2022). Trata-se, portanto, de um processo de atribuição de valor do qual participam práticas institucionais, decisões técnicas e discursos de legitimação.

A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) constitui um caso relevante para essa discussão. Sua trajetória foi marcada por mudanças, períodos de declínio e reestruturações, até a retomada de suas atividades no final do século XIX. Desde então, passou a ocupar posição expressiva na vida educacional e cultural maranhense (Castro; Silva; Castellanos, 2011). Estudos posteriores destacam sua relevância como espaço de memória, sociabilidade, educação patrimonial e mediação cultural (Costa; Cutrim, 2021, 2022).

Apesar desses avanços, a literatura sobre a BPBL tem privilegiado sua trajetória institucional, sua dimensão educativa e seus usos contemporâneos relacionados à memória e à mediação. São menos frequentes análises que articulem, em perspectiva histórica, aquisição, organização, representação e preservação dos materiais às escolhas institucionais envolvidas na formação das coleções. Essa lacuna acompanha questão mais ampla nos estudos sobre patrimônio bibliográfico em bibliotecas públicas: compreender não apenas a existência ou o valor das coleções, mas os critérios, políticas e procedimentos que interferem em sua identificação, tratamento, conservação e difusão (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014).

Pesquisa recente sobre a Biblioteca Pública do Maranhão demonstrou que os relatórios de 1915 a 1919 permitem identificar processos de construção da memória institucional, estratégias de autoafirmação e mecanismos de silenciamento e esquecimento, evidenciando a não neutralidade da memória projetada pela instituição (Costa; Bernardino, 2026). O presente estudo avança em outra direção: amplia o recorte para 1900-1920 e toma como eixo os processos de constituição do acervo e formação das coleções, buscando compreender como práticas administrativas e biblioteconômicas participaram da produção de valores patrimoniais e da memória social maranhense.

Nessa perspectiva, os relatórios técnicos institucionais assumem centralidade como objeto analítico. Embora produzidos para registrar atividades, apresentar resultados e prestar contas da administração, não se restringem a registros burocráticos. Esses documentos preservam indícios de ações, prioridades e projetos, constituindo fontes relevantes para investigar a trajetória e a memória institucional (Juvêncio; Rodrigues, 2013). Também podem ser compreendidos como discursos institucionais, pois selecionam acontecimentos, valorizam realizações, evidenciam sujeitos e coleções e silenciam outros aspectos. Neles se inscrevem projetos de memória, orientações de política cultural e estratégias de legitimação institucional e patrimonial (Costa; Bernardino, 2026).

A delimitação entre 1900 e 1920 decorre da relevância histórica desse momento, marcado pela afirmação da ordem republicana e pela difusão de ideais de modernização que alcançaram as instituições culturais. No campo bibliotecário, o período foi atravessado por reorganizações administrativas, modernização do tratamento dos acervos, intercâmbios institucionais e expansão de mecanismos de incorporação documental, como demonstram experiências da Biblioteca Nacional (Juvêncio; Rodrigues, 2013). No Maranhão, esse contexto sucede a reestruturação da Biblioteca Pública no final do século XIX e acompanha esforços de

consolidação institucional e afirmação de sua função educacional e cultural (Castro; Silva; Castellanos, 2011). O recorte alcança ainda a aprovação, em 1918, de legislação relacionada à construção de uma sede própria, indicando que espaço, permanência e institucionalização integravam os projetos para seu futuro (Castro; Furtado; Castellanos, 2022; Costa; Cutrim, 2021).

Nesse ambiente, doações, compras, permutas, depósito e contribuição legal, associados a inventários, catálogos, classificações, criação de seções e preocupações com mobiliário e conservação, ultrapassam a dimensão técnico-administrativa. Esses procedimentos participam da transformação de documentos dispersos em coleções institucionalizadas, estabelecendo formas de reconhecimento e permanência da cultura escrita. A patrimonialização pode, assim, ser identificada nas práticas pelas quais a instituição seleciona, organiza, preserva e atribui visibilidade a determinados registros (Choay, 2006; Gonçalves, 1996; Smith, 2021).

Diante disso, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como os mecanismos de constituição do acervo registrados nos relatórios técnicos institucionais da Biblioteca Pública do Maranhão, entre 1900 e 1920, articulam-se à formação de coleções e à construção da memória social maranhense? Objetiva-se analisar, a partir dos relatórios institucionais da Biblioteca Pública do Maranhão, atual Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), produzidos entre 1900 e 1920, de que modo a instituição constituiu, organizou, representou e mediou seus acervos bibliográficos e documentais de valor patrimonial, considerando seus usos sociais nos processos de preservação, comunicação e construção da memória cultural maranhense

A contribuição do estudo para a Ciência da Informação reside em aproximar a formação material das coleções, as práticas de organização da informação e os processos sociais de patrimonialização e memória. Ao deslocar a análise do patrimônio já constituído para os mecanismos históricos que contribuíram para constituí-lo, evidencia-se que os acervos resultam também de práticas informacionais, decisões institucionais e processos de seleção e representação. Assim, a biblioteca pública é compreendida não apenas como guardiã de patrimônio, mas como agente de sua produção e legitimação.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e documental, orientada por perspectiva histórico-interpretativa. O corpus reúne relatórios institucionais de 1900, 1901, 1915, 1916, 1917 e 1920, examinados mediante leitura integral,

matriz analítica e análise temática, considerando categorias relacionadas à constituição do acervo, organização das coleções, preservação e memória social (Bufrem; Alves, 2020).

2 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A discussão sobre patrimônio exige, antes de tudo, afastar compreensões naturalizadas que o associam automaticamente à antiguidade, à raridade ou à excepcionalidade material dos bens. O patrimônio deve ser entendido como construção social e simbólica, produzida por atos de seleção, valoração, classificação e transmissão. Choay (2006) pontua que a modernidade ampliou progressivamente o domínio patrimonial, incorporando novos objetos, temporalidades e escalas, enquanto Meneses (2009) adverte que os valores não residem nos bens em si, mas nas relações sociais que os investem de significado. Nessa direção, Gonçalves (2005) contribui para compreender o patrimônio como categoria cultural dependente de reconhecimento coletivo e de atribuição institucional de sentido.

No âmbito da cultura escrita, essa problemática assume contornos específicos. O patrimônio bibliográfico e documental não pode ser reduzido a um conjunto de obras raras ou preciosas, porque seu valor ultrapassa a materialidade isolada dos itens. Conforme Loureiro (2020), a noção de patrimônio documental exige revisão justamente porque o conceito de documento foi historicamente ampliado pela História e pela Documentação, deixando de se restringir ao escrito oficial ou ao registro excepcional. Silva, Achilles e Azevedo (2020) argumentam que o patrimônio bibliográfico e documental deve ser situado em relação à história institucional, aos percursos dos materiais e ao contexto em que se encontram, e não apenas ao seu formato ou à sua idade.

Napoleone e Beffa (2022) sustentam que o patrimônio bibliográfico e documental constitui uma zona conceitual ainda marcada por indefinições, lacunas e sobreposições. Por essa razão, as autoras defendem que sua compreensão exige considerar elementos como proveniência, memória institucional, níveis de tratamento, descrição e custódia.

A patrimonialização dos acervos está diretamente vinculada aos processos de constituição, organização e representação documental. Os acervos não são simples somatórios de itens reunidos no tempo; são configurações produzidas por decisões institucionais de seleção, classificação, inventário, catalogação, descrição e conservação. Tais operações não são neutras, pois conferem inteligibilidade ao conjunto, estabilizam categorias,

registram contextos de proveniência e tornam visíveis certos valores em detrimento de outros.

A biblioteca pública, nesse cenário, deve ser compreendida como instituição de guarda, mediação e memória, e não apenas como serviço de circulação de livros. Gomes (2014) demonstra que sua trajetória histórica se estrutura em torno dos paradigmas da conservação cultural, da difusão cultural e da apropriação cultural, os quais definem sua missão social e ampliam sua responsabilidade para além do armazenamento.

Assim, a biblioteca pública não apenas preserva registros, mas também organiza repertórios, disponibiliza bens culturais e cria condições para que os sujeitos se apropriem da informação e da cultura. Essa perspectiva permite compreender os acervos, ao mesmo tempo, como objetos de custódia, suportes de memória social e elementos centrais dos processos de mediação cultural.

Livros e bibliotecas, como afirmam Napoleone e Beffa (2022), exercem funções múltiplas, pois são fontes de informação, lugares de memória, espaços de custódia e expressões do patrimônio cultural. A patrimonialidade, portanto, não se limita ao exemplar singular, mas alcança a própria biblioteca enquanto instância organizadora, preservadora e disseminadora de acervos.

Nessa perspectiva, documentos institucionais, notadamente os relatórios da BPBL, produzidos entre 1900 e 1920, podem ser compreendidos como suportes privilegiados de inscrição das escolhas culturais e memoriais de uma época. Le Goff (1990) adverte que o documento não é testemunho neutro do passado, mas resultado de operações sociais que selecionam, organizam e legitimam determinadas versões da realidade. Compreende-se, portanto, a biblioteca pública como instância que não apenas reúne e conserva acervos, mas também os representa, qualifica e inscreve em narrativas institucionais de valor. Ao registrar aquisições, critérios de organização, formas de descrição, percepções sobre o acervo e expectativas quanto à sua função cultural, a escrita institucional torna-se parte do próprio processo de patrimonialização.

2.1 MEDIAÇÃO CULTURAL, USOS E A DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO

Tão importante quanto reconhecer sua guarda e organização é compreender os modos pelos quais esses materiais circulam socialmente, são apropriados por diferentes sujeitos e passam a integrar processos mais amplos de produção da memória coletiva. É nesse horizonte

que a biblioteca pública ultrapassa a condição de instância de custódia e pode ser compreendida como espaço em que patrimônio, usos sociais e mediação se entrelaçam de maneira significativa (Gomes, 2014; Lessa; Gomes, 2017).

A mediação cultural afasta-se, assim, de concepções que a reduzem a um procedimento técnico de atendimento e afirma-se como categoria teórica autônoma, intrínseca aos processos de significação. Sob essa ótica, a biblioteca pública atua como dispositivo relevante na comunicação do patrimônio e da memória coletiva. Ao articular sujeitos, acervos e práticas culturais, a mediação favorece a apropriação crítica dos bens culturais e amplia seus usos sociais, de modo que o acesso à cultura possa contribuir para a autonomia e o protagonismo dos sujeitos (Lima; Perrotti, 2016; Perrotti; Pieruccini, 2014).

Entende-se a mediação como operação que constrói uma interface entre universos inicialmente separados, de modo a tornar possível a apropriação (Davallon, 2007). Em sentido convergente, Perrotti e Pieruccini (2014) recusam a visão instrumental da mediação e a definem como ato autônomo, articulado à produção e à recepção culturais. Mediar, portanto, significa instituir condições de interpretação, aproximação e elaboração simbólica.

Pensada sob esse prisma, a biblioteca pública configura-se como espaço de comunicação do patrimônio. Isso porque o patrimônio bibliográfico e documental não se esgota na preservação física dos suportes, mas depende de operações sociais que o tornam reconhecível, acessível e interpretável. A comunicação do patrimônio ocorre quando os acervos são inseridos em circuitos de leitura, consulta, pesquisa, ensino e memória, passando a integrar a vida cultural de uma coletividade.

Essa articulação pode ser aprofundada a partir das noções de memória desenvolvidas por Nora (1993) e Le Goff (1990). Nora (1993) explica que a modernidade intensifica a necessidade de lugares de memória, isto é, instâncias em que a memória se fixa, se organiza e se transmite. Le Goff (1990), por sua vez, assinala que os documentos não apenas registram o passado, mas participam ativamente de sua construção social, pois trazem inscritas escolhas, enquadramentos e disputas de representação.

Na biblioteca pública, isso significa reconhecer que o patrimônio bibliográfico e documental só se realiza plenamente quando pode ser socialmente mobilizado por leitores, pesquisadores, estudantes e demais sujeitos. É nesse quadro teórico que se insere o *corpus* da pesquisa, tomado como conjunto documental por meio do qual será possível, na seção de resultados, examinar como a instituição projetava a comunicação patrimonial de seus acervos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo por examinar como os relatórios da BPBL, entre 1900 e 1920, representam a formação patrimonial dos acervos, identificando recorrências, práticas documentais e formas de mediação relacionadas à sua constituição, organização, preservação e uso social (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013). Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois se orienta para a interpretação de processos históricos, institucionais e simbólicos, considerando significados, valores, representações e sentidos atribuídos aos acervos nos relatórios analisados (Minayo, 2002). Examinam-se os documentos não apenas como registros administrativos, mas como discursos institucionais que participaram da construção de imagens sobre a BPBL, seus acervos, seus públicos e sua função cultural no Maranhão.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a investigação articula pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou a construção do referencial teórico. A pesquisa documental orientou o exame dos relatórios institucionais da BPBL, tomados como fontes primárias produzidas em contexto histórico específico e submetidas a tratamento analítico orientado pelo problema de pesquisa (Minayo, 2002).

O *corpus* é constituído por relatórios institucionais da BPBL localizados no intervalo de 1900 a 1920, especialmente aqueles referentes aos anos de 1900, 1901, 1915, 1916, 1917 e 1919/1920. A delimitação decorre da disponibilidade das fontes, uma vez que os demais relatórios do período não se encontram disponíveis no acervo físico ou digital consultado. Considerou-se, ainda, a pertinência, a legibilidade e as condições materiais dos documentos para o exame dos processos de constituição, organização, representação, preservação, mediação e circulação dos acervos bibliográficos e documentais de valor patrimonial (Bufrem; Alves, 2020).

A análise de conteúdo categorial-temática seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo propostas por Bardin (2016). Inicialmente, realizou-se leitura integral dos relatórios para identificação das unidades de sentido. As categorias foram definidas a partir dos objetivos e do referencial teórico e refinadas conforme recorrências identificadas no corpus: constituição do acervo; organização e representação; preservação; mediação e usos sociais; memória e patrimonialização; e relações institucionais. Os excertos foram codificados e agrupados nessas categorias, comparados entre os diferentes

anos e interpretados considerando seus sentidos técnicos, sociais, memoriais e patrimoniais.

4 CONSTITUIÇÃO, MEDIAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ACERVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE (1900-1920)

A constituição dos acervos da BPBL, nos relatórios analisados, é apresentada como um processo institucional de seleção, incorporação e legitimação documental. As fontes indicam que esse processo não ocorreu apenas pela acumulação de obras, mas por diferentes formas de ingresso, como doações, compras, permutas e contribuição legal, envolvendo o Estado, intelectuais, instituições congêneres e redes de sociabilidade letrada. Para demonstrar como essa dinâmica aparece nos documentos, o Quadro 1 reúne evidências extraídas dos relatórios e indica seus sentidos qualitativos para a compreensão do acervo como patrimônio bibliográfico e documental.

Quadro 1 - Excertos sobre a constituição dos acervos

Relatório/ seção	Evidência documental	Sentido patrimonial do ingresso documental
1901, depósito legal	"serviço regular de depósito legal em favor da Bibliotheca"; "reunir e conservar [...] toda a producção litteraria de uma época".	O ingresso legal dos impressos é representado como política pública de memória intelectual, e não apenas como aumento de coleção.
1917, doação Benedito Leite	"824 volumes da collecção de obras de direito e legislação que pertenceu ao benemerito maranhense Dr. Benedicto Pereira Leite".	A coleção privada de figura pública é convertida em patrimônio bibliográfico da Biblioteca e em memória cívica do Maranhão.
1919/1920, compras seletivas	"valiosa bibliotheca que pertenceu ao inolvidavel beletrista maranhense Raul Astolfo Marques"; aquisição da "collecção do Diario do Maranhão".	As compras selecionam acervos com valor de uso e valor memorial, incorporando literatura, imprensa e história institucional ao patrimônio público.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

A incorporação de coleções particulares, evidenciada nos relatórios de 1915, 1916 e 1917, revela que a formação do acervo também se apoiava em redes de sociabilidade letrada. Ao doar livros, periódicos, mapas e obras vinculadas a antigos homens públicos, os benfeitores transferiram à Biblioteca não apenas objetos documentais, mas também marcas de suas trajetórias intelectuais e familiares. A aquisição do Diário do Maranhão e de bibliotecas

particulares, em 1919/1920, evidencia uma lógica seletiva de incorporação. Não se tratava apenas de aumentar o acervo, mas de reunir documentos capazes de testemunhar a imprensa, a vida literária e a trajetória intelectual do Maranhão. A constituição patrimonial, portanto, combinava demanda de uso, oportunidade administrativa e valorização memorialística.

A organização dos acervos aparece como condição para transformar a acumulação documental em patrimônio acessível. A divisão proposta em Impressos, Arquivo de Manuscritos, Estampas, Numismática e Museu demonstra que a Biblioteca não se via apenas como depósito de livros, conforme excertos presentes no Quadro 2:

Quadro 2 - Excertos sobre organização e representação dos acervos

Relatório/ Seção	Evidência documental	Relação com acervos como patrimônio administrável
1915, novo regulamento	Divisão proposta em “Impressos”; “Archivo de Manuscriptos”; “Estampas, Numismatica e Museu”.	A Biblioteca é representada como sistema documental plural, que organiza livros, documentos, imagens, objetos museológicos e numismáticos.
1917, fichas e ficheiros	“catálogos por obras, autores e assumpto”; “fichas classificadas e arrumadas em móveis especiais denominados ficheiros”.	Os instrumentos de representação são apresentados como mediação entre acervo e leitor, pois permitem localização, atualização e uso.
1919/1920, classificação decimal	“classificação decimal, creada pelo eminente bibliographo norte-americano Melvil Dewey”; previsão de “ficheiro alphabetico” e “methodico”.	A adoção de modelos internacionais indica modernização biblioteconômica e busca de padronização para comunicar melhor o conhecimento.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

O relatório de 1915 representa a instituição como um sistema documental plural, capaz de reunir, diferenciar e tornar inteligíveis registros bibliográficos, arquivísticos, iconográficos e museológicos. Os catálogos e inventários são tratados como instrumentos de mediação. Nos relatórios de 1901, 1916 e 1919/1920, a insistência em catálogos alfabéticos, sistemáticos, fichas e ficheiros indica preocupação com acesso, controle e atualização.

A representação técnica dos acervos, portanto, não apenas organiza documentos, mas institui uma autoridade sobre eles. Catálogos, fichários, classificações e inventários produzem uma linguagem autorizada para dizer o que o acervo é, como deve ser lido e de que modo pode ser recuperado. Ao mesmo tempo, esses instrumentos criam condições de apropriação,

pois a mediação cultural em bibliotecas envolve a constituição de acervos, a organização dos espaços e a produção de sentidos pelos sujeitos (Rasteli; Cavalcante, 2014; Smith, 2021).

A referência à classificação decimal de Dewey, em 1919/1920, revela a busca por universalização dos procedimentos biblioteconômicos. Ao explicar classes, subdivisões e aplicação temática, o diretor traduz um modelo internacional para a realidade maranhense. Essa apropriação técnica reforça a ideia de modernização institucional: organizar o conhecimento era também inserir a Biblioteca em padrões transnacionais de tratamento e comunicação da informação.

A preservação constitui eixo recorrente porque os relatórios descrevem o acervo como materialmente vulnerável. Desde 1900, a conservação dos livros é associada a edifício adequado, ar, luz, limpeza e mobiliário. Essa preocupação indica que a patrimonialização não se limita à seleção dos bens; exige condições físicas, técnicas e administrativas que garantam duração, integridade e possibilidade de uso, como disposto no Quadro 3.

Quadro 3 - Excertos sobre preservação e materialidade dos acervos

Relatório/ seção	Evidência documental	Edifício, mobiliário e permanência dos acervos
1900, conservação	"O livro [...] exige [...] conservação cuidada"; deve servir a "gerações inteiras".	A conservação é formulada como responsabilidade intergeracional e condição de permanência do patrimônio.
1915, edifício	"má acommodação e falta de segurança e hygiene"; "bicho e as traças se têm propagado assustadoramente".	As condições do prédio aparecem como ameaça direta à integridade dos livros e justificam a reivindicação de edifício próprio.
1916/1917, ventilação e pragas	"falta de constante renovação do ar"; "terrivel anobium", descrito como destruidor dos livros e alimentado pela má ventilação.	A deterioração biológica é convertida em argumento institucional para reformas, mudança de sede e melhoria ambiental.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

A Biblioteca participa de uma lógica patrimonial na qual conservar significa organizar tecnicamente a permanência, transformando infraestrutura, mobiliário e práticas de reparo em dispositivos de continuidade histórica (Choay, 2006; Jeudy, 2005). Essa preocupação reaparece na valorização do mobiliário moderno, das estantes centrais e da oficina de encadernação projetada em 1919/1920, indicando que a preservação era concebida como

prática continuada. As estantes não figuram apenas como suportes físicos, mas como dispositivos de ventilação, acesso e controle; já a encadernação surge como resposta técnica à fragilidade dos impressos, vinculando conservação material e responsabilidade pública pelo patrimônio.

Nos relatórios analisados, a mediação cultural aparece vinculada às formas pelas quais a BPBL procurava aproximar seus acervos de diferentes públicos. A leitura gratuita, a consulta aos manuscritos, impressos, jornais, cartas geográficas e estampas, bem como as iniciativas voltadas à leitura infantil, indicam que o acervo não era concebido apenas como conjunto a ser guardado, mas como repertório destinado ao uso social. Assim, a Biblioteca se apresenta como espaço de acesso, formação leitora e circulação do conhecimento, articulando sua função educativa à valorização do patrimônio bibliográfico e documental. O Quadro 4 reúne evidências documentais que demonstram essa relação entre leitura, públicos e apropriação cultural dos acervos.

Quadro 4 - Excertos sobre mediação cultural e usos sociais

Relatório/ seção	Evidência documental	Leitura, públicos e apropriação
1915, finalidade institucional	"proporcionando, gratuitamente, ao público a leitura, consulta e estudo" de manuscritos, impressos, jornais, cartas geográficas e estampas.	O acesso gratuito é apresentado como princípio de democratização cultural e como finalidade pública da Biblioteca.
1916/1917, leitura infantil	"cultivar-lhes o gosto pela leitura"; professores e alunos são convidados a examinar e estudar coleções existentes.	A mediação aproxima biblioteca e escola, formando leitores e atribuindo ao acervo função pedagógica e cultural.
1919/1920, públicos e eventos	Projeto de salão de leitura com espaços para "Senhoras" e "leitura infantil"; salão para "sessões solemnes e conferencias".	A arquitetura projetada organiza públicos e práticas, evidenciando mediação por gênero, infância, estudo e sociabilidade cultural.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

A leitura gratuita, a leitura infantil e a abertura do espaço a professores, estudantes e senhoras indicam que a mediação não se restringia à disponibilização passiva dos acervos. Esses usos projetavam públicos específicos e buscavam formar disposições culturais, hábitos de leitura e vínculos com a cultura escrita. Desse modo, a Biblioteca funcionava como dispositivo produtor de sentidos, pois articula acervo, espaço, públicos e práticas de leitura em processos de apropriação cultural (Chartier, 1999; Rasteli; Cavalcante, 2014).

A leitura infantil e a leitura para senhoras mostram a tentativa de ampliar os públicos da instituição. Em 1916, a seção infantil é descrita como meio de cultivar o gosto pela leitura e aproximar biblioteca e escola. Essa formulação desloca a Biblioteca do atendimento erudito para uma função educativa mais ampla, voltada à formação de hábitos culturais e à preparação de novos leitores.

As conferências, os periódicos e as permutas institucionais reforçam a Biblioteca como espaço de circulação simbólica. O relatório de 1915 a descreve como centro do mundo intelectual maranhense, ligado à Academia de Letras e à Universidade Popular Maranhense. Assim, o acervo não é apenas consultado individualmente; ele sustenta sociabilidades, eventos, leituras públicas e redes de comunicação cultural.

Assim, a mediação cultural aproxima a salvaguarda técnica da função social, assegurando que a herança intelectual maranhense permaneça disponível, significativa e acessível à coletividade. A memória maranhense é construída nos relatórios por meio de nomes, coleções e lugares simbólicos, conforme sistematizado no Quadro 5:

Quadro 5 - Excertos sobre memória, identidade e patrimonialização

Relatório/ seção	Evidência documental	A biblioteca como lugar de memória maranhense
1915, identidade letrada	Uso da expressão "Athenas Brazileira" e caracterização da Biblioteca como "centro do mundo intellectual maranhense".	A Biblioteca é narrada como núcleo simbólico da identidade letrada regional e da tradição intelectual maranhense.
1916, escritores maranhenses	"reunir, no relicario da patria maranhense, todos os escriptos" dos "illustres filhos".	A reunião de autores locais transforma a coleção em instrumento de canonização e memória bibliográfica regional.
1919/1920, coleções e monumento cultural	"valiosa Collecção Artistica Arthur Azevedo"; edifício ideal denominado "Templo do Saber".	Coleções especiais e projeto arquitetônico monumentalizam o patrimônio bibliográfico, documental e artístico da Biblioteca.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

A construção da Biblioteca como núcleo da memória maranhense não deve ser lida como reflexo espontâneo de uma identidade regional já dada, mas como operação discursiva de seleção e consagração. Expressões como Athenas Brasileira e Templo do Saber funcionam como marcas de uma memória autorizada, que associa o Maranhão a uma linhagem letrada, masculina, intelectualizada e institucionalmente reconhecida.

Como indicam Costa e Bernardino (2026), a memória institucional da Biblioteca é construída em meio a seleções, apagamentos e disputas simbólicas, definindo o que será lembrado, preservado ou deixado à margem. Ao monumentalizar autores, coleções e documentos, os relatórios produzem uma imagem institucionalizada da cultura maranhense, convertendo o acervo em espelho simbólico da identidade regional (Smith, 2021; Jeudy, 2005). A monumentalização da identidade regional consolida a BPBL como instituição de memória (Le Goff, 1990), na qual a pluralidade documental materializa o patrimônio histórico. Contudo, essa consagração simbólica não se sustenta isoladamente.

Ao incorporar a Coleção Artística Arthur Azevedo, o Arquivo de Manuscritos, o Museu e a Numismática, a patrimonialidade ultrapassa o livro impresso, abrangendo quadros, estampas, autógrafos, moedas, medalhas, objetos naturais e documentos públicos, que configuram a Biblioteca como lugar de memória documental, iconográfica, museológica, cívica e memorial.

O projeto de um Templo do Saber, em 1919/1920, condensa a dimensão simbólica da patrimonialização. O edifício ideal reuniria Biblioteca, Academia Maranhense de Letras e Faculdade de Direito, articulando guarda, formação e sociabilidade intelectual. Nessa imagem, preservar acervos significa também monumentalizar a cultura escrita e afirmar publicamente a centralidade da memória maranhense.

Para atuar como dispositivo estruturante da ecologia simbólica local (Perrotti; Pieruccini, 2014), a Biblioteca dependia também de uma estrutura administrativa e política capaz de sustentar sua missão cultural. Desse modo, a salvaguarda identitária exigia articulação institucional permanente, levando a Biblioteca a integrar redes externas e a demandar contínuo amparo estatal, como explicitado nos excertos do Quadro 6.

Quadro 6 - Excertos sobre relações institucionais e redes de circulação

Relatório/ Seção	Evidência documental	Relação com as políticas públicas e modelos biblioteconômicos
1901, relatório como instrumento público	Os relatórios não deveriam ser “amontoado de arida estatistica”, mas meio de “despertar o interesse publico” pelas bibliotecas.	A escrita administrativa atua como mediação política, justificando reformas e educando o poder público sobre a Biblioteca.
1915-1917, regulação estatal	O “projecto de novo regulamento” dependia de aprovação; o diretor registra que ele “não foi ainda approvado”.	A modernização técnica e patrimonial da Biblioteca aparece condicionada a decisões administrativas e governamentais.

1919/1920, permuta e modelos congêneres	"serviço de permutação de duplicatas entre este e os estabelecimentos congeneres"; visitas para estudar "methodos bibliotheconomicos".	A circulação de impressos e a observação de modelos externos legitimam reivindicações locais de organização, mobiliário e política pública.

Fonte: baseado nos relatórios da BPBL (1900-1920).

As redes de permuta, os modelos biblioteconômicos estrangeiros e a adoção de instrumentos técnicos indicam que a patrimonialização da Biblioteca não se restringia ao plano local. Ao contrário, ela se realizava por meio de uma gramática institucional mais ampla, formada por regulamentos, classificações, catálogos, intercâmbios e padrões de conservação. Assim, a Biblioteca buscava legitimar o patrimônio maranhense mediante sua inscrição em circuitos nacionais e internacionais de autoridade técnica, fazendo do reconhecimento externo uma condição de valorização interna (Choay, 2006). A Biblioteca aparece simultaneamente como espaço cultural e repartição pública, articulando missão intelectual, regulamentação administrativa e dependência orçamentária. Essa condição evidencia que a constituição e a preservação dos acervos eram também efeitos de políticas públicas continuadas.

Os relatórios evidenciam que o patrimônio bibliográfico e documental não resulta apenas da posse de acervos, mas de práticas institucionais que selecionam, organizam, preservam, comunicam e legitimam determinados bens como referências coletivas. Ao articular doações, compras, permutas, catálogos, edifícios, mobiliário, leitura pública e redes interinstitucionais, a BPBL consolidou-se como dispositivo de mediação cultural e patrimonialização.

Nesse processo, a memória documental maranhense foi construída como herança intelectual a ser conservada, transmitida e reconhecida publicamente, mas também como resultado de escolhas, discursos autorizados e políticas de visibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que a BPBL constituiu seus acervos bibliográficos e documentais por meio de práticas seletivas de incorporação, envolvendo doações, compras, permutas e contribuição legal. Esses mecanismos não representaram simples crescimento quantitativo, mas formas de legitimação cultural e institucional.

A organização e a representação da informação foram decisivas para converter a

acumulação documental em patrimônio acessível. Catálogos, fichários, classificação, seções especializadas e instrumentos administrativos conferiram inteligibilidade aos acervos e orientaram sua recuperação. Desse modo, a dimensão técnica assumiu função mediadora, por possibilitar que leitores, pesquisadores e gestores reconhecessem, localizassem e utilizassem os documentos. A representação documental, portanto, não foi neutra: organizou sentidos, hierarquizou registros e estruturou formas de apropriação social na vida institucional cotidiana.

No campo da preservação e da mediação cultural, os relatórios revelam que edifício, mobiliário, ventilação, encadernação e leitura pública integravam uma mesma política de permanência e uso. A preocupação com traças, umidade, anobium e inadequação espacial demonstrou que a materialidade dos suportes era condição indispensável para a transmissão da memória. Evidencia-se, assim, que, na BPBL, os acervos foram convertidos em patrimônio público, fortalecendo vínculos entre informação, pertencimento, memória coletiva e autoridade cultural regional maranhense. Paralelamente, iniciativas voltadas à leitura gratuita, infantil, feminina e às conferências ampliaram os públicos, vinculando a salvaguarda técnica à comunicação social do patrimônio bibliográfico e documental e circulação pública do conhecimento.

A constituição histórica de acervos patrimoniais pode ser compreendida como um processo informacional no qual práticas de seleção, incorporação, organização, representação, preservação e mediação participam da produção social do patrimônio e da memória. Portanto, a BPBL atuou, entre 1900 e 1920, como dispositivo de memória, mediação e patrimonialização da cultura escrita regional. Seus relatórios projetam uma instituição empenhada em conservar, organizar, comunicar e legitimar acervos como referências da identidade maranhense. Como limitação, destaca-se a lacunaridade do *corpus* documental disponível, o que reforça a necessidade de novas investigações a partir da localização de outros relatórios, registros administrativos e fontes complementares.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 288 p.

BUFREM, Leilah Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho. **A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 126 p.

CASTRO, César Augusto; FURTADO, Luciana Nathalia Morais; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. E não merecerá a Athenas Brasileira um "Bolo de Noiva"? Um prédio para a Biblioteca Pública do Maranhão. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 21, p. 1-21, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-124. Acesso em: 21 out. 2026.

CASTRO, César Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 255-269, jul./set. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000300015. Acesso em: 22 out. 2026.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora UNESP, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006. 288 p.

COSTA, Maurício José Morais; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Memória, informação e esquecimento: uma análise histórico-discursiva dos relatórios técnicos institucionais da Biblioteca Pública Benedito Leite (1915-1919). **TransInformação**, Campinas, v. 38, e2616005, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202638e2616005. Acesso em: 21 out. 2026.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Os serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite e a memória de São Luís (MA): análise da percepção dos usuários. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 26, n. esp., p. 1-21, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e76783. Acesso em: 21 out. 2026.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. A educação patrimonial na Biblioteca Pública Benedito Leite: as contribuições dos serviços educativos para a mediação cultural do patrimônio em São Luís (MA). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*s. l.*], v. 18, n. 2, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1809. Acesso em: 22 out. 2026.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, [*s. l.*], n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100. Acesso em: 22 out. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 151-163, out./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2264. Acesso em: 21 out. 2026.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002. Acesso em: 13 jun. 2026.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 617 p.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El Profesional de la Información**, [*s. l.*], v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2014.jul.11. Acesso em: 22 out. 2026.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 156 p.
JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A internacionalização da Biblioteca Nacional: identificação das ações nos relatórios institucionais (1905-1915). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 149-159, jul./set. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000300010. Acesso em: 22 out. 2026.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. 474 p.
LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/30765. Acesso em: 14 jun. 2026.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, 2016. DOI: https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p161. Acesso em: 22 out. 2026.

LOBO, Antonio. **Relatório apresentado ao cidadão Dr. Secretario Geral do Estado pelo director da Bibliotheca Publica do Maranhão**. Maranhão: Imprensa Official, 1901.

LOBO, Antonio. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario Geral do Estado pelo director da Bibliotheca Publica do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1900.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Repensando a noção de patrimônio documental. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 98-112, jul./dez. 2020. Disponível em: https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/133. Acesso em: 13 jun. 2026.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais** [...]. Brasília, DF: IPHAN, 2012. p. 25-39.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; L, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. Livros e bibliotecas como patrimônio cultural. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 621-653, dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.9771/rpa.v16i3.52327. Acesso em: 22 out. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 13 jun. 2026.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretário do Interior**. Maranhão: Imprensa Official, 1915.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior**. Maranhão: Imprensa Official, 1916.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatório da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretário do Interior**. Maranhão: Imprensa Official, 1917.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **Relatorio da Bibliotheca Publica do Estado do Maranhão apresentado ao Exm. Sr. Domingos Q. Barbosa Alvares**. Maranhão: Imprensa Official, 1920.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p01. Acesso em: 22 out. 2026.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/256448. Acesso em: 22 out. 2026.

SILVA, Alexandra; ACHILLES, Daniele; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, n. esp. 1-18, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e73903. Acesso em: 22 out. 2026.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957. Acesso em: 22 out. 2026.